



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

Jair  
Santana



CICLO DE CAPACITAÇÃO

# Gestão Eficaz

**O Papel das micro e pequenas  
empresas nas Aquisições Públicas**

Rondonópolis, 07.07. 2016



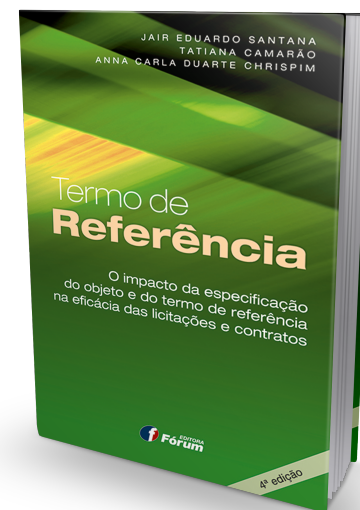
## POLO 7

Alto Araguaia. Alto Garças. Alto Taquari. Campo Verde. Dom Aquino. Guiratinga. Itiquira. Jaciara. Juscimeira. Pedra Preta. Poxoréo. Primavera do Leste. Rondonópolis. São José do Povo. São Pedro da Cipa. Tesouro.

## Jair Eduardo Santana

- Consultor. Advogado. Pesquisador e Professor.
- Mestre em Direito do Estado pela PUC de São Paulo.
- Escritor: mais de 30 livros ligados ao Direito e à Governança Pública.
- Publicou mais de uma centena de artigos em revistas especializadas no Brasil e no Exterior.

AFINIDADES



Jair  
Santana

[www.jairsantana.com.br](http://www.jairsantana.com.br)



## Micro e Pequenas Empresas e Aquisições Públicas

# Micro e Pequenas Empresas e Aquisições Públicas

Jair  
Santana

## AGENDA

1. Compreensão Geral

2. Normas específicas: Ferramentas

3. Implementação e resultados

# Micro e Pequenas Empresas e Aquisições Públicas

Jair  
Santana

## AGENDA

### 1. Compreensão Geral

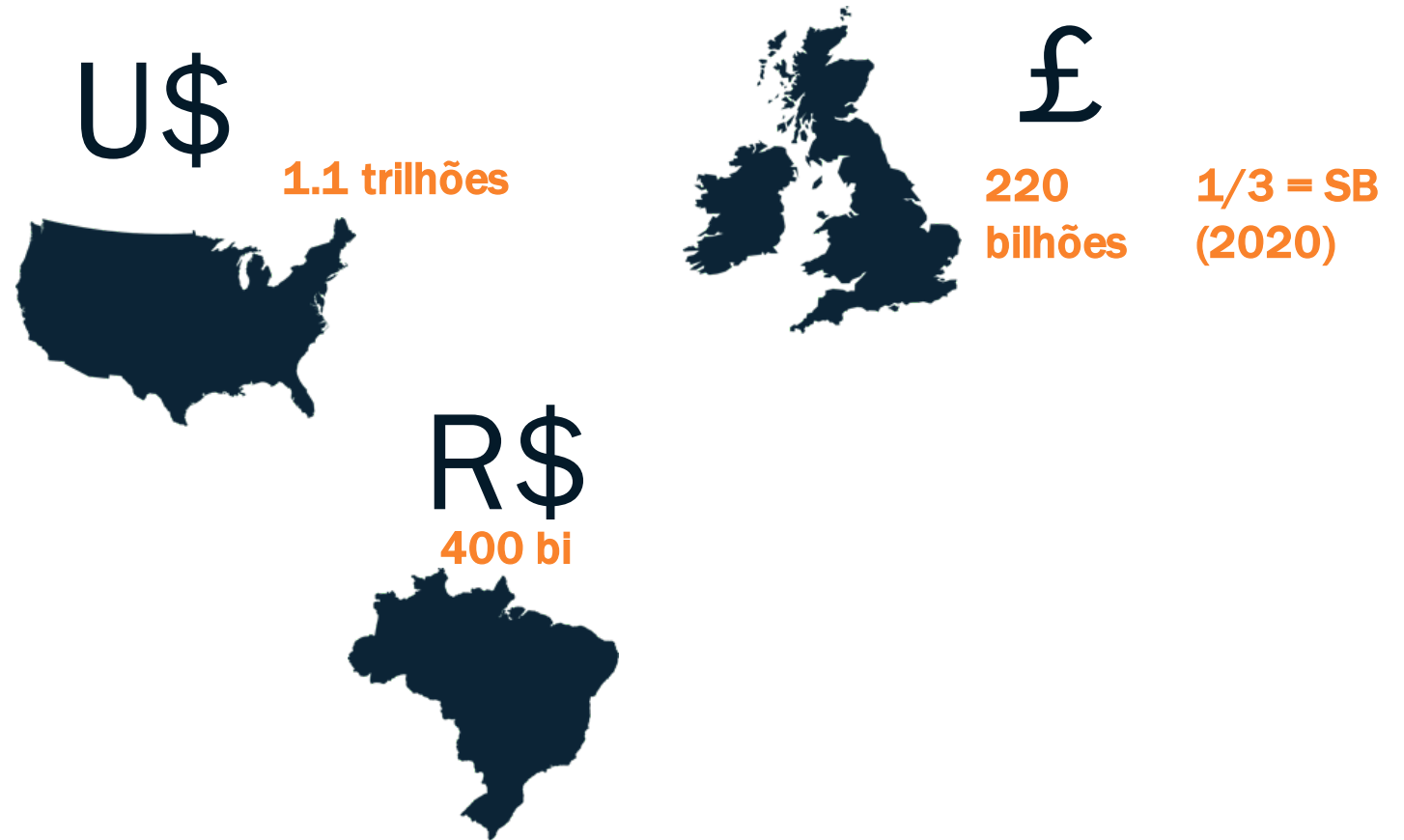
### 2. Normas específicas: Ferramentas

### 3. Implementação e resultados

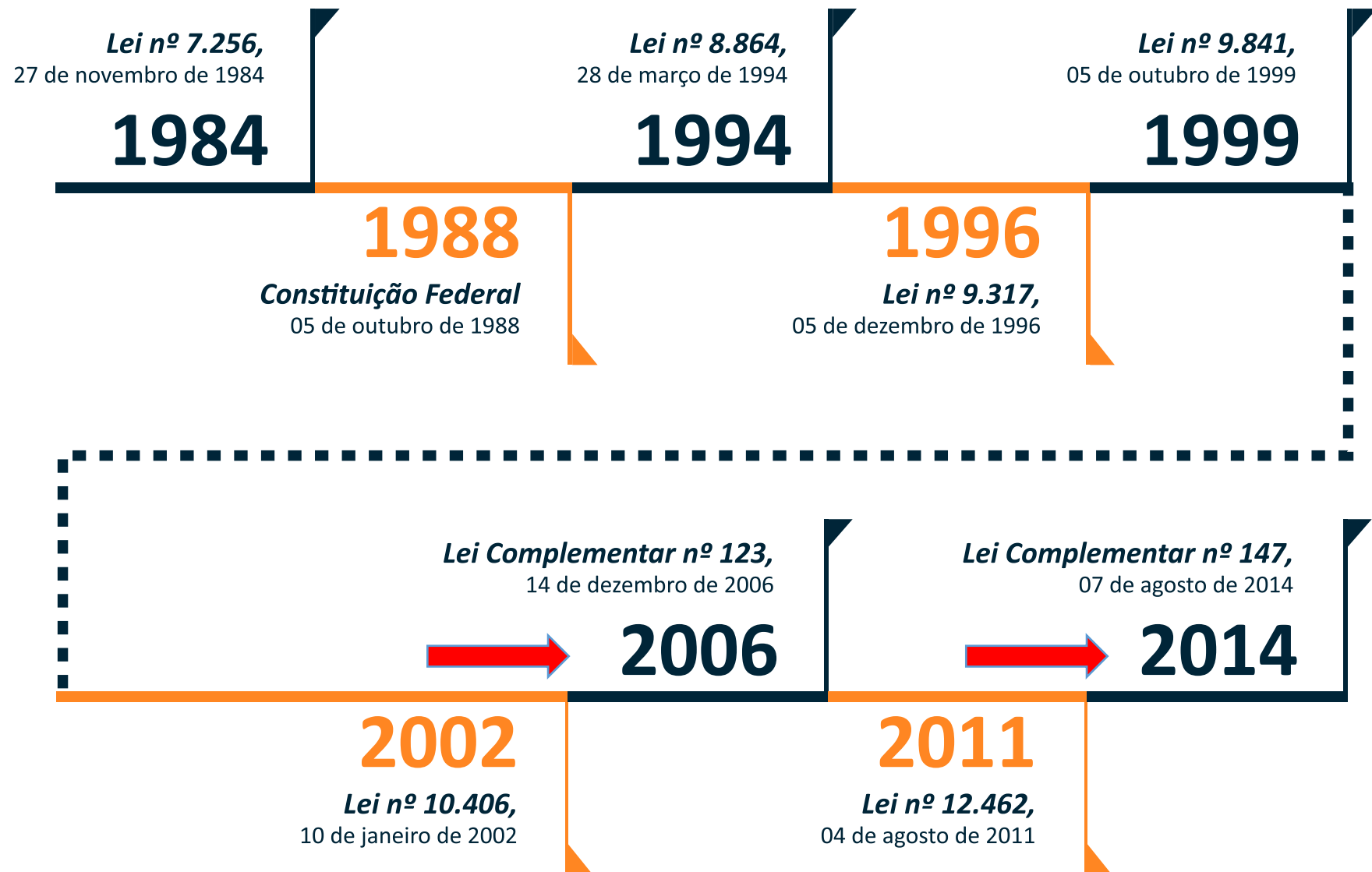
Um olhar sistêmico sobre as  
Compras Públicas



## Poder de Compra Governamental



Marco regulatório  
Alguns normativos



**Utilização do poder das Compras Públicas**

**Desenvolvimento nacional sustentável**



**Econômico**



**Social**



**Ambiental**

Fortalecimento do empreendedorismo e  
do associativismo

**Resultados esperados**

Geração de empregos  
Distribuição de riquezas  
Redução de desigualdades



# Diagrama: ciclo do Programa | Política Pública



# Micro e Pequenas Empresas e Aquisições Públicas

Jair  
Santana

1. Compreensão Geral

**2. Normas específicas: Ferramentas**

3. Implementação e resultados

AGENDA

# BENEFÍCIOS DA LEI GERAL

PROCESSUAIS	<div>1. EMPATE FICTO</div> <div>2. HABILITAÇÃO TARDIA</div>
MATERIAIS	<div>3. COMPRAS EXCLUSIVAS</div> <div>4. SUBCONTRATAÇÃO COMPULSÓRIA</div> <div>5. COTIZAÇÃO COMPULSÓRIA</div> <div>6. COMPRAS DIRETAS DE PEQUENO VALOR</div> <div>7. PAGAMENTO MAIOR PARA MES E EPPS LOCAIS</div> <div>8. CÉDULA CRÉDITO MICROEMPRESARIAL</div>

## EMPATE FICTO

Ao licitante ME ou EPP será conferido o direito de apresentar nova proposta, após o encerramento da disputa de preço, caso sua proposta seja igual ou até 10% (ou 5% no caso de pregão) superior à proposta do licitante melhor classificado, que não detenha tal qualificação.

## HABILITAÇÃO TARDIA

O prazo para a regularização das pendências fiscais foi dilatado de 2 (dois) para 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora, prorrogável por igual período a critério da Administração.

## COMPRAS EXCLUSIVAS

A Administração deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de MEs e EPPs nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

## SUBCONTRATAÇÃO COMPULSÓRIA

Nos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços a Administração poderá estabelecer a obrigatoriedade de subcontratação de ME e EPP, sem limitação do percentual máximo do objeto a ser subcontratado, cujo pagamento será feito diretamente ao subcontratado.

### **COTIZAÇÃO COMPULSÓRIA**

Obrigatoriedade do ente público estabelecer cota de até 25% do objeto – que tenha natureza divisível – para contratação de ME e EPP.

### **PAGAMENTO A MAIOR PARA MES E EPPS LOCAIS**

Nas contratações públicas passa a ser possível pagar mais para ME ou EPP sediada local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, desde que devidamente justificado, a fim de privilegiar o mercado local.

# SUBCONTRATAÇÃO É COMPULSÓRIA?

## Abordagem especial Subcontratação e as MPE's

### SUBCONTRATAÇÃO COMPULSÓRIA

Nos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, a Administração poderá estabelecer a obrigatoriedade de subcontratação de ME e EPP, sem limitação do percentual máximo do objeto a ser subcontratado, e pagamento será feito diretamente ao subcontratado.



LC 123/06

Art. 48. Para cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública poderá realizar processo licitatório:  
(...)

II – em que seja exigida dos licitantes a subcontratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte, desde que o percentual máximo do objeto a ser subcontratado não exceda a 30% (trinta por cento) do total licitado;

LC 147/14

Art. 48. Para cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:  
(...)

II – poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;

§ 2º Na hipótese do inciso II do **caput** deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

**Limites da subcontratação: a LC 147 suprimiu os 30%**

**Possibilidade de empenho e pagamento diretos à subcontratada?**

**Quais parcelas podem ser subcontratadas?**

**Habilitação da subcontratada?**

**Controle de preços (de mercado) da subcontrada**

# Micro e Pequenas Empresas e Aquisições Públicas

Jair  
Santana

## AGENDA

1. Compreensão Geral

2. Normas específicas: Ferramentas

3. Implementação e resultados

- I. Identificar, na Unidade Administrativa, pessoa(s) que possa(m) **avaliar os impactos** da LC 147/2014 nas suas aquisições e contratações gerando, como produto palpável disso, um diagnóstico, **relatório** ou termo afim.

II. **Traçar**, a partir do documento antes produzido, algo que se assemelhe a um **plano de ação** ou de trabalho visando o cumprimento da LC 147/2014 detalhando, tanto quanto possível, todas as **tarefas** a serem executadas e seus respectivos responsáveis (além de prazos, metas e resultados desejados).

**III.** Eleger as **tarefas**, ações, providências (etc.) **prioritárias** para a implantação da LC 147/2014.

**IV.** Avaliar a **viabilidade mercadológica local** e regional de suprimento pela localidade e região, à vista das suas demandas e de estratégia idealizada.



**V. Realizar**, quando pertinente, as **parcerias** que se façam necessárias porquanto há muitos **afazeres** que são **externos** à sua unidade administrativa que se encontram numa relação de extrema **interdependência**.

**VI. Preparar agentes** envolvidos – direta ou indiretamente - por todo o ciclo de suprimentos para que possam executar harmonicamente as tarefas do novo modelo de aquisições.

**VII.** Executar o plano referido no item II *supra* por etapas, se necessário.

**Um bom começo** (e desafio) é implantar primeiramente as **compras de pequeno valor**, por dispensa (artigo 24, II e I, da Lei nº 8.666 de 1993), diretamente do mercado local. ~~São aquelas aquisições de R\$ 8 mil e R\$ 15 mil (ou R\$ 16 mil e R\$ 30 mil, conforme o caso).~~

Ou por quê não **começar pelas aquisições de R\$ 80 mil ou pela subcontratação?**

*Download gratuito*

Jair  
Santana



[www.jairsantana.com.br](http://www.jairsantana.com.br)



**Muito obrigado!**

**[www.jairsantana.com.br](http://www.jairsantana.com.br)**

**O Papel das micro e pequenas  
empresas nas Aquisições Públicas**

**Rondonópolis , 07.07. 2016**